

educação

Cabo-de-Guerra

JORNAL DO BRASIL

Não há exagero em chamar de trágico o que está acontecendo na educação do Estado (e que há de ter paralelos em outros estados brasileiros). Professores há 70 dias em greve, e a perspectiva de que os alunos simplesmente percam o ano letivo. Quem se responsabiliza por essa perda?

O mais trágico é que os dados do problema sequer podem ser decifrados corretamente: o índice de legibilidade é quase nulo. O Estado argumenta, por exemplo, que se está esforçando para recuperar a dignidade do servidor público; mas que não permitirá que a totalidade dos recursos arrecadados seja destinada ao pagamento do funcionalismo. E nisso, como é óbvio, o Estado tem razão.

Mas esse é apenas um aspecto do problema. Informa-se, por exemplo, que todo mês o Estado é obrigado a gastar Cz\$ 1 bilhão com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Podia até ser uma cifra aceitável, se a destinação dos recursos fosse saudável — isto é, se a Universidade pudesse mostrar, um bom índice de produtividade. Mas é difícil mostrar produtividade se 90% desse orçamento é gasto somente com os salários de professores e funcionários, que recebem quase 100% a mais que os professores de instituições como a USP ou a UFRJ. Como explicar que alguns professores da UERJ ganhem mais de Cz\$ 900 mil por mês, e que esses mesmos superfuncionários apresentem, às vezes, um índice irrisório de horas-aula?

Do ponto de vista dos professores estaduais que estão em greve, pode-se argumentar bastante sobre se é realmente inaceitável o índice de salários proposto pelo governo estadual para vigorar em outubro (cerca de Cz\$ 50 mil para o nível um, chegando a Cz\$ 120 mil para o nível nove). Em princípio, é certamente pouco, indicando a baixíssima valorização da educação no país. Mas do exército de professores estaduais, quantos estão realmente (ou estavam, antes da greve) nas salas de aula? E quantos, mesmo dando aula, atingiam um nível razoável de freqüência? Turmas sem aula porque o professor não veio constituíam, antes da greve, um

dos flagelos que levavam a fugir da escola pública quem tivesse um mínimo de condições para tentar a escola particular. Ora, isto é uma inversão completa de perspectivas: o normal é que, não sendo o povo brasileiro dos mais bem remunerados, a escola pública fosse a opção natural, ficando a escola particular para os relativamente bem aquinhoados na escala social.

O governo atual, como se sabe, herdou um panorama educacional bastante atribulado. A administração anterior transformou os Cieps num verdadeiro cavalo de batalha. Jamais foi feito, entretanto, o balanço de uma experiência no mínimo audaciosa. Sabe-se, por ouvir dizer, que os Cieps, por seu elevado custo, acabaram atendendo a uma parcela irrisória da população estudantil. Mas onde está o balanço dessa história? Onde está a avaliação pedagógica do seu efeito sobre o público estudantil?

Alcançando já agora a proporção de massa, os professores estaduais têm feito greve sobre greve nos últimos anos; e assim colaboraram para o estabelecimento de um terrível círculo vicioso. A capacidade de atendimento do setor público tornou-se quase nula, ou pelas greves, ou pela fuga de alunos causada pela baixíssima produtividade. Mas os professores continuam a fazer greves, como se fossem um sindicato qualquer, sensível a esta ou àquela manipulação política. Também não contribuem, desta forma, para convencer a população de que constituem uma classe muito especial, a merecer remuneração e tratamento especial. Tudo se transforma numa questão de força.

Nesse cabo-de-guerra, os alunos estão há 70 dias sem aula. Isto já seria suficiente para desmoralizar completamente o sistema e convencer de vez ao distinto público de que não há salvação, fora do ensino particular. Mudar esse quadro exigiria, de lado a lado, mais do que atitudes rotineiras. O distinto público quer saber a verdade; para que, a partir desse encontro com a realidade, se possa fazer alguma coisa. A educação não é uma causa corriqueira.